

A POLÍTICA E O CORTE

Samyra Assad

RESUMO

O trabalho visa responder, primeiramente, às consequências de uma conjunção entre política e religião no regime da civilização atual, a saber, o regime do gozo. A partir disso, uma articulação é feita entre a civilização, a política, a religião e a psicanálise para demonstrar os arranjos sociais de uma época. A política da psicanálise, adotando o corte como meio de ir contra o “ideal do bem”, apresenta a sua orientação ao real em uma época em que os aspectos corrosivos da pulsão de morte no laço social são prevalentes.

PALAVRAS-CHAVE: Pulsão de morte; política da psicanálise; inconsciente; laço social.

¹ Psicanalista membro da EBP e da AMP | samyra@uai.com.br

NO INÍCIO ERA O CORTE

O poder é sempre um poder ligado à palavra. (...) No entanto, a política repousa sobre o fato de que todo mundo fica demasiado contente em ter alguém que lhe diga “em frente, marche” – aliás, sem se importar para onde.

Jaques Lacan, *Conferência em Genebra sobre o Sintoma*.

Percorrer a aventura de substituir o Verbo pelo corte enquanto ato e ainda fazer, desse início, uma conjunção com a política: eis onde reside minha inquietação. A princípio, qual terá sido a função dessa montagem ocorrida entre política e corte? Vejamos.

Como um ato de início, no lugar do Verbo, trago o corte, primeiramente, para transcender um pouco a ideia bíblica de origem ao se referir à criação do mundo. Nesta, o Verbo, a palavra, estaria ligado à salvação. “A Palavra liberta!”, dizem os evangélicos. Está aí implícita, no Verbo, a palavra da salvação proveniente de Deus, de Deus Pai, portanto. Desse modo, no início, do lado da religião, temos a palavra, o Pai. Esse é o aspecto religioso que o evangelho de João demonstra. Por outro lado, a psicanálise, quando fundada por Freud, pretendeu, sob certo ponto de vista clínico, também salvar o Pai, tomá-lo uma ferramenta de interpretação. Estávamos no início do século XX quando a civilização se encontrava no regime da interdição.

Logo, torna-se possível pensar em uma articulação a ser extraída entre a civilização, a política, a psicanálise e a religião. Quatro termos que, amarrados, parecem cumprir com a função de traduzir ou fornecer os arranjos sociais característicos de uma época, sobretudo a maneira de se virar nela ou acompanhá-la. No caso do Verbo, marca-se um início em cuja época o Outro existia e o Simbólico estava a toda prova.

A primeira ideia então é a de que a proposta que sustentaria uma articulação entre a política e o corte excluiria a política da religião, ou mesmo uma política da religião. No mínimo, penso que essa articulação se contrapõe a isso ao substituímos o Verbo pelo corte. Ou o Pai pelo gozo, característico dos tempos atuais.

POLÍTICA E RELIGIÃO: UM FLASH

A ideia inquietante então provém, primeiramente, daquilo que seria inerente a uma sustentação do desejo de uma política enquanto um corte que poderia ser instaurado na conjunção entre política e religião. Essa proposta se torna simpática à ideia de um Estado laico, por exemplo, o que, por sua vez, pode se tornar algo risível diante da realidade política brasileira...

Por outro lado, observa-se que esses dois termos, enquanto conceitos, trazem algo em comum, por incrível que pareça: ambos, inicialmente, se voltam para um “bem”. Do lugar da política, teríamos o bem da nação, da polis; do lugar da religião, o bem estaria voltado para uma salvação ligada à libertação pela palavra de Deus, como dizemos anteriormente.

No entanto, é na semelhança entre os supostos “bens” desses dois campos, política e religião – voltando-se para a sociedade –, que se percebe que é aí que se encontra o perigo, o “perigozo”, com z no lugar de s, de salvação, se me permitem dizer assim. O que está em jogo nesse perigo seria o mau uso de um poder, ou seja, os cínicos com poder junto à satisfação que se obtém aí, por exemplo, via corrupção. De todo modo, mantém-se aí um Senhor e um escravo, nas modalidades ou vestimentas de torturas que lhe são próprias atualmente. No lugar da Lei Áurea, temos uma ordem ou lei de ferro: “goze!” e “a qualquer custo!”, “rápido!”. Parece ser esse o chicote.

Portanto, nesse caso de uma política e uma religião serem voltadas, a princípio e em termos gerais, para o bem, trazemos uma inversão que contradiz esse senso comum: é o bem que vem para o mal, aquele de uma escravidão implícita e imposta pelo Mestre Contemporâneo, esse Senhor cuja força superegóica de gozo, ditadora, requer sempre mais, mais satisfação.

Pode-se observar isso nos dias de hoje, portanto, na série instaurada a partir de cargos políticos ligados aos meios empresariais, institucionais, governamentais, ou da ambição de lucros do vale do rio amargo², do corpo nas atrações, do silêncio dos

² Menção às tragédias recentemente ocorridas em Minas Gerais, especificamente nas cidades de Mariana e Brumadinho, pelas quais a mineradora Vale (antes denominada Vale do Rio Doce) foi responsável pelo soterramento de inúmeras vidas.

pais adolescentes, da “onda” da toxicomania, das armas, de uma rede global de exibição, das *fake news*, enfim, de algo sobre o qual o saldo se coloca ligado à preponderância da matéria, demonstrando, sem constrangimento algum, a sua face mortífera.

Dito isso, temos muito o de que tratar aqui.

SATISFAÇÃO PULSIONAL

Sabemos com Freud, em 1921, que a “Psicologia das massas” é a psicologia do indivíduo, a partir da eleição de um líder como Ideal de identificação, e que isso supõe uma satisfação. Esse tipo de identificação, por sua vez, possui o ódio como sustentação primordial.

Parece que Freud preparou essa afirmação de que o ódio sustenta esse tipo de identificação ao Ideal antes mesmo, em seu artigo “As pulsões e seus destinos”, quando nos diz: “O ódio, como relação com um objeto, é mais antigo que o amor, ele brota do repúdio primordial do Eu narcísico perante o mundo externo portador de estímulos” (1915/2014, p. 61). E, mais tarde, em 1929, depois de muitos ensaios, em “O mal-estar na civilização” (1929/1974, p. 145), é que chegou à seguinte conclusão:

(...) o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana. Nessa luta consiste essencialmente toda a vida, e, portanto, a evolução da civilização pode ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida. E é essa batalha de gigantes que nossas babás tentam apaziguar com sua cantiga de ninar sobre o Céu.

E eis que surge um antevisto: “(...) essa característica indestrutível da natureza humana seguirá a civilização” (*Ibid.*, p. 142), ou seja, a inclinação para a agressão, por mais que uma civilização, no caso, a atual, podemos dizer assim, não exija mais a renúncia à satisfação imediata.

De todo modo, compartilho ainda a surpresa de uma atualidade inegável e incrível quanto a três fontes de sofrimento nomeadas nesse mesmo texto, “O mal-estar na civilização”. Sob o ponto de vista ainda de um mundo externo e outro interno, Freud as enumera como:

- o poder superior da natureza;

- a fragilidade de nossos próprios corpos (condenados à decadência e à dissolução);
- a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na Sociedade.

E, a partir disso, elencam-se as saídas possíveis para o indivíduo, no que se refere ao sofrimento:

- religião: formação de um sentido para a vida que, ao mesmo tempo, se desmorona com o sistema religioso;
- drogas: apesar do refúgio num mundo próprio, desperdiça grande cota de energia a ser empregada para o aperfeiçoamento do destino humano;
- sublimação;
- ciência;
- isolamento ou quietude (afastamento do mundo externo, aniquilamento dos instintos, tal como prescrito pela sabedoria oriental, via o sacrifício da vida);
- amor sexual;
- estética;
- fuga para a enfermidade neurótica.

Todas elas sustentam uma inadequação ou impossibilidade de um 'bem-estar' na civilização. É como se pudéssemos traçar uma trajetória que vai do mal-estar na civilização de Freud ao furo irremediável trazido na realização do contorno de um objeto para a satisfação da pulsão, de Lacan.

Mas o fundamental parece estar na revelação de Freud quanto à inexistência de uma regra de ouro que se aplique a todos: “todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1929/1974, p. 103). E, aqui, “sua constituição psíquica desempenhará papel decisivo, independentemente das circunstâncias externas” (*Ibid.*, p. 103).

Isso implicaria dizermos, nos tempos atuais, “salve-se quem puder”? Nem tanto...

CIVILIZAÇÃO MODERNA

Não estamos mais na era do Pai... A civilização moderna atesta isso, a partir do caráter ilimitado do gozo proveniente da era da globalização junto ao avanço da ciência e do capitalismo. A referência não é mais o Pai, e sim um imperativo de gozo, que, como tal, está e fica a serviço da pulsão de morte, que se coloca como pano de fundo de toda a satisfação, na medida em que se instaura um vazio entre um objeto e sua realização.

Isso quer dizer que toda forma de satisfação humana encobre uma perda, uma pura perda. Mais além de uma leitura de que os primórdios da pulsão de morte se encontram na experiência da dor, especificamente no artigo de Freud sobre o “Projeto para uma Psicologia Científica”, de 1905, é preciso salientar, entretanto, que seu fundo é o furo que uma satisfação não cobre, ou o que sempre resta de uma operação psíquica voltada para a obtenção de satisfação. Assim dizendo, observa-se então que toda satisfação está calcada na pulsão de morte.

A partir do Seminário XI de Jacques Lacan, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, Jésus Santiago (2019, inédito) nos lembra de que “Lacan se mostra completamente contrário a essa concepção da pulsão de morte baseada na tentativa de inscrevê-la em uma teoria do ser”. A pulsão de morte é entendida, portanto, partindo de sua desontologização, isto é, como “acéfala com relação ao seu modo de satisfação paradoxal. Para Lacan, o dualismo pulsional é insuficiente para pensar as relações de vida e morte com o gozo, e, menos ainda, o fator destrutivo do laço social” (*Ibid.*).

O curioso é que isso pode ser demonstrado, diga-se de passagem, pelos adolescentes que captam facilmente as mutações da civilização. Entre estas, são destacados o declínio do patriarcado, a destituição da tradição, o déficit de respeito, o Islã como resposta e o problema do corpo do Outro (MILLER, 2015). Podemos dizer que a posição adolescente deflagra, de certa maneira, os arranjos de uma época.

A proposta ficaria mais clara se uma política que trouxesse um corte sobre a morte do sujeito que se submete a um regime civilizatório atual do gozo incrementasse nossa investigação, quando se trata de retomar a semelhança entre a política e o inconsciente, portanto. A política da psicanálise: isso que envolve lidar com esse fator corrosivo da civilização que é a pulsão de morte.

O INCONSCIENTE É A POLÍTICA

Era de se esperar que Freud dissesse algo dessa ordem, a saber:

(...) não hesitaremos em nos deixar guiar pelos hábitos linguísticos, ou, como são também chamados, sentimentos linguísticos, na convicção de que assim estamos fazendo justiça a discernimentos internos que ainda desafiam sua expressão em termos abstratos (FREUD, 1929, p. 109).

Isso permite retomar certa concepção de política, que implica em domínio e poder, se partirmos do ponto de vista inicial na trajetória lacaniana, a saber, o fato de o inconsciente ser estruturado como uma linguagem ou mesmo ser equivalente ao Discurso do Mestre, com os termos que lhe são próprios: identificação, censura, repressão (MILLER, 2011, p. 4)...

Nesse sentido, poderíamos supor uma instância psíquica que orientaria as fantasias, os sonhos, os fracassos e as angústias. Mas, segundo Éric Laurent (2016, p. 86), “Miller lembra que (...) isso não se adequa para qualificar claramente a política”. Podemos dizer que a formulação lacaniana de que “O inconsciente, é a política”, trazida no Seminário XIV, “A lógica da fantasia”, e que, assim, coloca o inconsciente em primeiro lugar na frase, antes da vírgula – e não a política –, “parte não do pai, mas, do inconsciente como aquilo que está para ser definido (...)” (*Ibid.* p. 86).

Assim, a formulação proposta por Lacan indica ser

(...) o contrário de uma redução (qual seja, a política é o inconsciente), trata-se de uma amplificação, do transporte do inconsciente para fora da esfera solipsista para colocá-lo na Cidade, fazê-lo depender da “História”, da discórdia do discurso universal a cada momento da série que nela se cumpre (MILLER, 2011, p. 7).

Penso haver aqui um encontro com a intervenção de uma psicanálise pura em relação aos ideais políticos, sociais e religiosos, através de uma interpretação ou mesmo de uma tradução das questões do século XXI.

Diga-se de passagem, citemos como exemplo o laço libidinal de um candidato para com uma instituição de formação psicanalítica, esta que é permanente em seu rigor ético. Depurado de uma longa experiência analítica, esse laço libidinal que carrega em si uma satisfação *sinthomática* seria algo, a meu ver, que poderia sustentar, via testemunhos, certa faceta de uma luta contra a regulamentação da

psicanálise, tão visada pelos ideais religiosos desde o ano de 2000, que confluem com os ideais políticos no Brasil³: o do controle dos corpos verdes e amarelos na cobiça de um domínio religioso irrefreável e feroz sobre a população. O instrumento para tal ferocidade parece ser a tendência à quantificação, tão característica do Mestre Contemporâneo.

Logo, diríamos que a questão do laço libidinal intrínseco ao laço social, como suporte que contraria essa tendência avaliativo/quantificadora, nos permite trazer, neste momento, outra abordagem referente à formulação de que “o inconsciente, é a política”, se partirmos de uma orientação pelo corte que uma marca pode instaurar. De certo modo, isso acompanharia o fato de que o ponto de partida em nossa civilização atual não é mais sobre o simbólico, e sim pelo gozo.

Diz-nos Laurent (2016, p. 88) que:

(...) a abordagem pelo *parlêtre* permite retomar o comentário de ‘O Inconsciente, é a política’, a partir da inscrição no corpo, a partir do acontecimento de corpo. (...) o acontecimento de corpo do qual nós falamos não afeta o corpo como organismo do indivíduo, mas o corpo do sujeito da linguagem, de saída, transindividual.

O corpo falante (*parlêtre*) não é o corpo do indivíduo, “ele fala e testemunha o discurso como laço social que vem se inscrever no corpo” (*Ibid.*, p. 89). De algum modo, isso nos conduziria, portanto, ao fato de que a política, para o psicanalista, implicaria na concepção do laço social calcada no sintoma, cuja base é a satisfação pulsional (SANTIAGO, 2019). Supõe-se, a partir disso, uma política para a pulsão de morte, já que aí se leva em conta o sintoma como signo e o deslocamento da satisfação da pulsão como uma concepção inédita do laço social (MILLER, 2017, p. 26). Não é difícil perceber hoje que o indestrutível aqui seria o núcleo do gozo trazido nos laços sociais, tomados como calcados no sintoma e, portanto, na satisfação pulsional, com menos recursos simbólicos.

³ Certa vez, trabalhei essa questão específica em um texto intitulado “A Língua Marginal da Psicanálise”, publicado na Revista *Curinga* (n. 31. EBP – MG, nov. 2010, p. 95-98). Foi um momento em que a EBP adotou a “política da enunciação”, e, apresentei esse trabalho na jornada da EBP-MG sobre *Os Sonhos e a Formação do Analista*.

A POLÍTICA É O CORTE

A política da psicanálise, por conseguinte, envolve ter que lidar com esse fator corrosivo da civilização que é a pulsão de morte, e, para isso, essa política tem o recurso da interpretação. O corte, é a interpretação.

Mas a que essa política serviria? Não creio que seja para um bem da polis, do cidadão, ou que contribua para uma salvação do homem pelo Pai, muito menos para adesão a algum partido ou a alguma militância que não fosse única e tão somente pontual.

A questão é propiciar uma base, um terreno (fértil, de preferência), para que essa política sustente o fato de que uma interpretação cumpriria seu papel de corte, principalmente no que tange ao Ideal mortífero, pois não se trata de ir contra esse aspecto de corrosão na civilização, como dizemos. Certamente essa base não seria proveniente de um confronto nem de uma frente militar.

A política da psicanálise não se confunde com o ideal do bem; ela é calcada no real. Nisso, acrescentemos ainda que o corte é trazido sob a égide de certa modalidade de urgência implícita em seu ato como interpretação. Uma urgência que, por sua vez, inaugura a necessidade de algo a se realizar, e assim por diante. Nada está nem deve ficar pronto, acabado, fixado em um determinado momento de concluir. Isso supõe sustentar a base, trazida na formulação lacaniana de que *o inconsciente, é a política*.

Será que, a partir disso, estaríamos autorizados a dizer que a psicanálise se apropria e exerce sua política através da interpretação como corte, cuja orientação é em direção ao real? Talvez seja isso aquilo de que se trata em toda essa investigação.

Qual saída, enfim?

Junto a isso, encontro algo assim:

Ao proferir essa fórmula (O inconsciente, é a política), Lacan nada fez senão denunciar o discurso do Mestre cujo esquema ele construiu na esteira de maio/68, sem dúvida para indicar a seus ouvintes, que, na época se multiplicavam, desnorteados como estavam quanto à participação nos acontecimentos, que a saída que buscavam eles a encontrariam antes, do lado da psicanálise, e pelo viés de uma desidealização da política (MILLER, 2004, p. 13).

Parece que, aqui, a saída para a arte de viver, considerando o laço social uma satisfação pulsional, mais uma vez se dá pela via de uma desidealização. Talvez isso

fosse o mesmo de dizer de uma tarefa fundamental do psicanalista, qual seja, “acompanhar a subjetividade contemporânea” não sem perder o rumo que uma invenção possa trazer a partir de uma marca, seja ela histórica, seja social, seja psíquica, no processo de singularização de cada um, em detrimento da massificação imposta pelo Mestre Contemporâneo.

A marca já é um fato político, e a política, enquanto corte, que tem a interpretação em seu âmago, visaria então o aspecto singular do um a um, portanto, longe de uma cadeia identitária que possa definir um sujeito em uma raça, classe social ou orientação sexual, por exemplo. Extrai-se, assim, a marca do gozo no corpo que capta o discurso social, e, assim, favorecendo o exercício de uma política que resgate a responsabilização de cada sujeito no regime ao qual ele se submete para viver – ou para morrer.

Podemos dizer que, em suma, a política da psicanálise, enfim, intervém sobre os ideais superegóicos, sejam eles trazidos hoje sob a roupagem do fascismo, sejam da religião, sejam até mesmo da democracia. Sabemos que a essência da política da psicanálise é ir contra os ideais. Provavelmente seja isso o que o psicanalista possa oferecer em sua posição de ser o rebotalho da humanidade. Trata-se de esvaziar o ideal político, seja em uma experiência analítica, tal como conduzir o tratamento de um sujeito de modo a que ele possa desalienar-se do inconsciente; seja em fóruns que reúnem outros discursos, preservando-se a diversidade ao se privilegiar o lugar da voz.

Isto é, no lugar das identificações presentes no laço social, trazemos o corte, que, ao delimitar um litoral, faz-se imiscuir o psicanalista na política, em que aí, excepcionalmente, em sua posição, o dentro implica estar fora e vice-versa.

Se trabalhamos com o pressuposto de que tudo não está pronto e resta sempre algo por definir, estaria a chance de uma não submissão aos ideais superegocicos em uma invenção ou em uma desidealização? Essas duas supostas saídas diriam da mesma coisa? Talvez sim. Parece que ambas são consequentes entre si.

Curiosamente, uma volta foi feita aqui, a qual nos permite dizer agora que o corte, como política, é o Verbo, em se tratando, finalmente, da interpretação: isso que é intrínseco à própria psicanálise e que visa à causa do desejo, em um movimento que implicaria o trajeto do sentido ao furo.

REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1929) “O mal-estar na civilização”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. E., v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____. (1915) “As pulsões e seus destinos”. In: *Obras Incompletas de Sigmund Freud*, v. 2. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (1ª ed., 2ª reimp).
- LACAN, J. “Conferência em Genebra sobre o Sintoma”. In: *Opção Lacaniana* nº 23. São Paulo: Edições Eolia, dez. 1998.
- MILLER, J.-A. “Em direção à adolescência”. In: *Minas com Lacan*, revista eletrônica elaborada pela EBP-MG e pelo IPSM-MG, mai. 2015. Disponível em <http://minascomlacan.com.br/blog/em-direcao-a-adolescencia/>, acesso em jun. 2019.
- _____. “Intuições Milanesas”. In: *Opção Lacaniana* online nova série, ano 2, nº 5, jul. 2011.
- _____. “Lacan e a Política”. In: *Opção Lacaniana*, nº 40. São Paulo: Ed. Eolia, ago. 2004. p. 13.
- LAURENT, É. “O Inconsciente é a política, hoje”. In: *Correio* Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, nº 79. São Paulo: set. 2016.
- SANTIAGO, J. “Pulsão de morte, *moterialité* do laço social”. 2019. Inédito.

POLITICS AND THE CUT

ABSTRACT

This work aims to respond, first, to the consequences of a conjunction between politics and religion in the regime of present civilization, namely, the regime of *jouissance*. From this, an articulation is made between civilization, politics, religion and psychoanalysis to demonstrate the social arrangements of an era. The politics of psychoanalysis, adopting the cut as a medium of going against the "ideal of the good", presents its orientation to the real at a time when the corrosive aspects of the death drive in the social bond are prevalent.

KEYWORDS: Death drive; psychoanalytic politics; unconscious; social bond.

LA POLITIQUE ET LA COUPE

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est de répondre, d'abord, aux conséquences d'une conjonction entre politique et religion dans le régime de la civilisation actuelle, à savoir, le régime de la jouissance. A partir de là, une articulation est faite entre civilisation, politique, religion et psychanalyse afin de démontrer les arrangements sociaux d'une époque. La politique de la psychanalyse, adoptant le coup comme moyen de s'opposer à "l'idéal du bien", présente son orientation vers le réel à un moment où prédominent les aspects corrosifs de la pulsion de mort dans le lien social.

MOTS-ÉCLÉS: Pulsion de mort ; politique de psychanalyse ; inconscient ; lien social.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php